

tremendo discurso, embora reconheça que o inopinado orador era um *honrado* velho. Mas acrescenta que ele *vociferava*, termo que me parece aqui tomado à má parte, embora Aulete lhe dê como primeiro sentido “proferir ou pronunciar em voz alta”. E vêm como exemplo precisamente as palavras introdutórias do canto quinto de *Os Lusíadas*. No entanto, sinto o verbo como sinônimo de “falar com fúria”, “berrar”, “gritar com raiva e com impertinência”, embora não me faltasse um erudito que me trouxesse um passo de Virgílio igualzinho, o qual seria “fonte” de Camões: “Talia vociferans” - “Estas palavras *tais* o velho honrado / *Vociferando* estava”...

Mas a continuação mostra que a objurgatória não terá produzido a menor comoção, o menor abalo no capitão e marinagem: “quando abrimos / As asas ao sereno e sossegado / Vento, e do porto amado nos partimos”. A menos que este trecho já estivesse na suposta redação primitiva.

É claro que não quero perder-me em divagações inúteis, mas é objetivamente certo que na redação que nos chegou, depois da objurgatória do velho, o Gama, tranqüilo, deu ordem de partida, abrindo velas ao sereno e sossegado vento.

Depois da tempestade armada pelo “velho honrado”, paz e bonança na natureza física. Indiscutivelmente um contraste...

Ai está, em modesta exposição, o que tenho pensado do mais eloquente discurso camonianiano e da identidade do misterioso velho, herói sem nome e sem jaça, que seria o próprio autor do magnífico poema, cansado, desiludido das ilusões da vida, armado não já de ciência, mas de sabedoria (“um *saber* só de experiência feito”), um Camões já todo voltado para a Jerusalém Celeste, chorando sentado “sôbolos rios que vão por Babilônia”.

(In *Actas* da III Reunião Internacional de Camonistas,
Coimbra, 1987, pp. 341-345.)

PELO REPATRIAMENTO DE “OS LUSÍADAS”.

(1942)

[Nota da redação da revista *Ocidente* - Lisboa] - No número anterior desta revista, aparecido em 1 de junho, suspendemos a campanha iniciada há quase dois anos em prol do repatriamento do exemplar de *Os Lusíadas*, que se dizia ter pertencido a *Luís de Camões seu dono*, por havermos recebido do Rio de Janeiro informação autorizada sobre a não autenticidade da assinatura, que tão extraordinariamente valorizava o precioso cimélio. Parece que se sorriram de

mofa ou de satisfação aqueles bons portugueses, exaltados brasilófilos da última hora, que censuraram e combateram a ingênua pretensão de pleitearmos a vinda da sagrada relíquia para o templo dos Jerônimos, e que chegaram a aventar a insidiosa hipótese de que outros eram os motivos da interrupção do Apelo.

Para responder por nós, com prestígio indiscutível e argumentos públicos que ainda não conhecíamos, recebemos no dia 11 de junho último a seguinte carta de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), crítico e sociólogo brasileiro dos mais ilustres das últimas gerações:

Rio, 1 de dezembro de 1942.

Meu caro Álvaro Pinto.

Passo às suas mãos este recorte que o A. me enviou. Trata-se de um jovem professor assistente de Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

Acho sérios os seus argumentos contra a pretensão do nosso Instituto Histórico e Geográfico de possuir o exemplar dos Lusíadas que pertenceu a Camões.

V. não julga interessante uma transcrição, com uma pequena nota explicativa, no Ocidente? Tendo a tese da “devolução” sido lançada sobre a base autenticidade, - uma vez que esta é posta em dúvida com argumentos tão fortes que o próprio Max Fleiuss nada respondeu - a tese perde sua razão de ser.

De qualquer modo, vale a pena transcrever o artigo.

Aproveito a oportunidade para agradecer-lhe a remessa da revista, que sempre leio com o mais vivo interesse e constitui mesmo a melhor informação que atualmente tenho do movimento intelectual português.

Faço votos por que a revista prospere e a sua saúde seja cada vez mais firme.

Um abraço do muito grato

Alceu Amoroso Lima.

Eis o artigo do Professor Glástone Chaves de Melo, publicado em *O Jornal do Rio de Janeiro*, a 8 de novembro de 1942, sob o título “Um Preciosíssimo Exemplar de *Os Lusíadas*”:

“Como turista apressado de navio que atracou por duas horas, tive a fugidia oportunidade de ver o célebre exemplar da edição *princeps* de *Os Lusíadas*, que foi doado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como tendo pertencido ao próprio Camões.

Recentemente houve grande arruído e publicidade em torno da sensacional aquisição e o Sr. Max Fleiuss, num dos seus infalíveis “Recordando...”, do *Jornal do Commercio* (15 de julho de 1942), deu notícia mais miúda acerca das características do valiosíssimo exemplar.

O precioso espécime teria sido de propriedade do Poeta, que seria autor das incontáveis notas que se alinham às margens do texto. Realmente, ao fim da Licença se acha estampado este manuscrito, difícil de ler: “Luís de Camões seu dono”.

Das notas uma das que mais impressionou o Secretário Perpétuo do Instituto Histórico está na página 79, onde, acerca de uma alusão do texto, se lê isto: “Este he Phebo, filho do Sol e de Clymene. Já falei nelle.” Ao Sr. Max Fleiuss lhe causou espécie este *falei*, na 1ª pessoa. Depois de lembrar que “em muitas outras páginas vêm anotações com a mesma letra, atribuída a Camões, o autor de ‘Recordando...’ aceita entusiasticamente a idéia que lhe deram de publicar tais notas, o que seria, no seu aviso, ‘de incalculável importância’.

Até aqui o Sr. Max Fleiuss.

A mim me parece que a questão está a exigir um estudo sério, feito por especialistas, paleógrafos e filólogos, honestos e competentes. Dirá o paleógrafo se a letra e a tinta são do século XVI, a quantos punhos pertencem as anotações marginais, se a mão que firmou “Luís de Camões seu dono”, é a mesma que lavrou os comentários, etc.

Trata-se, de fato, de um exemplar da autêntica edição *princeps*, com todos os caracteres extrínsecos e intrínsecos, em mau estado, até com falta de páginas.

Da minha turística visita saí, porém, com impressão céptica. E isto porque:

1º - O único indício de que tivesse pertencido a Camões o exemplar é a referida inscrição “Luís de Camões seu dono”. Ora, estamos diante de um sinal longínquo, por três razões:

a) Do Poeta não se conhece *com certeza* nenhum autógrafo que possa servir de base para o cotejo.

b) É sabido que os antigos nem sempre merecem crédito nestas questões de fidelidade aos textos, autenticidade de exemplares, de relíquias de santos, de raridades, etc. Aliás, ainda hoje as falsificações são obra de todos os dias. De resto, seria a coisa mais fácil neste mundo que um cristão qualquer, ou judeu, tivesse escrito no exemplar as cinco palavras mágicas para torná-lo mais precioso.

c) A conhecida revista *Lusitânia*, em seu número de 5-6-1925, publicou o fac-símile de um manuscrito de duas linhas e meia, que traz ao pé, desenhada

por outra mão, a seguinte nota: “Do punho de Luís de Camões 1579”. Acerca de tal documento, lê-se esta explicação no dito número da revista: “O documento que esta gravura reproduz andou nos arquivos da casa de Monsanto, que depois se uniu com a dos marqueses de Nisa. No cartório da casa de Nisa o achou o Sr. Jordão de Freitas. Contém duas linhas de letra de pessoa culta dos fins do século XVI: por esse lado, nada impede de acreditar que fosse escrito por Camões, como afirma a nótula que mão desconhecida lhe lançou. Julgamos interessante arquivá-lo neste fascículo da nossa Revista, pensando na possibilidade de um achado futuro vir a confirmar a asseveração. Devemos os maiores agradecimentos ao Sr. José de Almada e a sua excelentíssima esposa a senhora Dona Isabel Teles da Gama Almada, por nos haverem facultado a reprodução do manuscrito, bem como a Sua Excelência o ministro da Alemanha, Dr. E. A. Voretzsch, que o mandou fotografar para a *Lusitânia*”.

Com olhos de leigo na matéria comparei os manuscritos, o do fac-símile e os do livro, e não tive impressão de estar diante da mesma letra. Aliás, em teoria, a inscrição do fac-símile pode ser falsa e as do livro autênticas, as duas podem ser falsas, pode ser autêntica a do fac-símile, mendaz a do livro... Só se possuem dois elementos de comparação, ambos contestáveis...

2º - Há muito por onde supor que se trata de uma contrafacção ou que, pelo menos, nenhuma anotação do livro seja de Camões. Sou levado a tal crença por isto:

a) As notas e comentários, aliás profusos, se referem exclusivamente aos nomes próprios históricos, mitológicos, geográficos e às alusões a tais nomes. Por exemplo, no texto se lê: “Trouxe o filho de Jápeto do céu / O fogo”, etc. O anotador sublinha “o filho de Jápeto” e explicita ao lado a história do personagem. Coisa assim. “Este é Prometeu, filho de Jápeto e de Climene, que foi o criador do homem”. Estou exemplificando e não reproduzindo nota. Infelizmente não dispus de vagar para tresladar senão duas. Porém, o seu teor é sempre este. Ora, por que diabo haveria Camões de se explicar a si mesmo coisas que estava cansado de saber? Em razão de quê? Ele conhecia a história e o “pedigree” daqueles deuses e heróis magnificamente, tanto é verdade que a eles poeticamente se referiu a três por dois com justeza e graça. As notas dir-se-iam de um leitor curioso e honesto que a cada nome próprio encontrado no texto fosse a um dicionário enciclopédico, ou coisa que o valha, para se esclarecer. Que necessidade tinha Camões de proceder assim?... É concebível que estivesse ensinando o Padre-Nosso ao vigário, que no caso era ele próprio?

Impressionou muito ao Sr. Fleiuss a 1ª pessoa do singular usada num dos comentários da página 79: “Já *falei* nelle”. Ora, isto não prova nada, porque, admitindo-se a hipótese de discussão que levantei - as notas são de um leitor curioso e honesto -, não é perfeitamente aceitável que tal anotador, ao topar na

leitura pela quinta vez com uma referência a Febo, se limitasse a dizer “Já falei nelle”? Até o ponto desta nota (canto IV, est. 104), Febo já apareceu no texto quatro vezes: em I, 4, v. 7, I, 56, v. 5, III, 20, v. 4 e IV, 75, v. 5. Procurei nestes outros lugares algum esclarecimento marginal sobre o deus da inspiração poética e não o achei. Creio que o anotador o lançou em I, 4, a primeira vez que ocorre no texto, mas infelizmente as primeiras páginas se perderam e foram substituídas por outras manuscritas, de modo que não me foi possível ver o comentário ao referido passo.

Há mais, porém. Se ao Sr. Max Fleiuss lhe causou mosca a 1ª pessoa - *falei* -, a mim me causou a 3ª, usada neste outro lugar, uma das duas únicas anotações que não pude deixar de copiar: comentando a estância 18 do canto primeiro, diz o anotador, com respeito aos Argonautas: “*alude* aos Argonautas que forão aquelles Magnates que na nau Argos forão com Jasom á conquista do velocínio douro”, etc. Este lanço *não pode ser* de Camões, mas *pode ser* do meu hipotético e anônimo anotador, que lá adiante escreveu: “Já falei nelle”.

b) Se as notas marginais fossem realmente de Camões, não é lícito supor que o imortal Vate se desse *também* às correções dos muitos erros tipográficos que se encontram na edição *princeps* e, principalmente, não era de esperar que corrigisse os lugares em que o texto se acha evidentemente errado, por ter sido composto e impresso longe das vistas do Autor, conforme ensina o saudoso e sábio camonista José Maria Rodrigues?

Por que não procedeu assim o Poeta, ao invés de fazer chover no molhado, ensinando-se a si mesmo coisas que estava farto de conhecer?

Fui aos sabidos erros tipográficos da *princeps* e lá os encontrei intactos, e não vi *nem uma correção* do texto. Pode ser que haja, mas *não vi*. Fui ao discutidíssimo “que todo o mande” (I, 6), sôfrego, a ver se Camões me dava a chave do mistério, se confirmaria a hipótese de José Maria Rodrigues ou se ainda me deixaria continuar na ilusão de uma interpretação que engendrei... mas infelizmente falta a página onde estava I, 6!...

c) Agora vem o melhor, que propositadamente deixei para o fim: “Finis coranat opus”...

Refere-se a célebre nota da página 79 à estância 104 do canto quarto. Começa a estrofe assim: “Não cometera o moço miserando / O carro alto do pai”. A propósito de “moço miserando” se lê na margem esquerda: “*Este he Phebo, filho do Sol e de Clymenen. Já falei nelle*”. Pois bem: este “moço miserando” *não é Febo*, é Faetonte, outro olímpico cidadão, cuja história é esta: Filho do Sol e de Climene, obteve do pai licença para dirigir por um dia apenas o carro do sol, mas não pôde ter mão nos cavalos, que se aproximaram demais da terra, abrasando-a. O pai dos deuses, Júpiter, tomou-se de cólera

olímpica e fulminou Faetonte, que se precipitou no Erídano, rio mítico que de Eurípedes em diante é identificado com o Pó, em latim *Padus* (*Phaetontei Padi*, lê-se em Marcial, X, 12). Camões faz alusão a este triste caso com alta poesia em I, 46.

Febo, por sua vez, é o próprio Sol, conforme se vê deste passo do Vate Lusitano:

Nisto Febo nas águas encerrou
Co carro de cristal o claro dia,
Dando cargo à Irmã que alumiasse
O largo mundo enquanto repousasse. (*Lus.*, I, 56)

Voltando ao ponto: o anotador meteu os pés pelas mãos. No texto se falava em Faetonte e ele entendeu que era Febo. E, ao identificar Febo, tomou-o por filho do Sol, isto é, *filho de si mesmo*, mais ou menos como D. Quixote, que, no dizer de Unamuno, era “descendente de si mesmo”...

Pergunto eu agora: é concebível que Luís de Camões seja autor de tais despautérios? É crível que ele não soubesse que o “moço miserando” é Faetonte? Poderá aceitar alguém que ele desse Febo como filho de si próprio?

De tudo isto que acabo de alinhar, não é justo concluir que o problema da autenticidade deste exemplar duplamente camoniano está a exigir um estudo sério, longo e profundo? Não é justo concluir que a afirmação de que o cimélio pertenceu ao Poeta é apressada?

“Adhuc sub iudice lis est”, como lá diz o velho Horácio (*Ars Poetica*, 78).
Gládstone Chaves de Melo.”

(In *Ocidente*, Lisboa, vol. XX, 1942, pp. 251-255.)

VIEIRA, OS TEXTOS E OS LADRÕES.

(1957)

O título deste artigo está meio louco, coisa que terá a vantagem de afinar com o mundo atual, que também está meio louco. Ou inteiramente. De qualquer modo, com tal epígrafe quero inserir três assuntos, ligados por conexão.

O primeiro é a volta de interesse pelo grande orador e pensador seiscentista Padre Antônio Vieira. O ano passado o Sr. Ivan Lins, excelente Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, publicou um livro de estudos sobre o insigne jesuíta. Tal livro resultou de uma série de conferências feitas há tempos no Instituto de Estudos Portugueses, e representa anos de convívio e de conversa com o autor da *História do Futuro*. Pretendo fazer uma recensão do livro nestas colunas e discordar de algumas interpretações do